

Fortaleza de Santana, fortuna e infortúnios: A longa duração em uma mega propriedade agrícola no império e república do Brasil (c. 1806– 2003)

Área Temática: 3. HISTÓRIA ECONÔMICA, DO PENSAMENTO ECONÔMICO E DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Luiz Fernando Saraiva – Instituto de História (IHT), Universidade Federal Fluminense (UFF)

Elione Silva Guimarães – Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (AHPMJF)

Resumo: O presente trabalho visa mapear uma das maiores fazendas cafeeiras da Zona da Mata mineira desde a sua origem no início do século XIX até as décadas iniciais da abolição da Escravidão. Especial ênfase será dada aos conflitos originários do “mundos do trabalho” ou seja a relação dos proprietários da fazenda e os escravizados que nela trabalharam por, pelo menos, três gerações. Os crimes que ocorreram na fazenda ao longo do século XIX e início do XX demonstram as tensões das relações de trabalhos escravistas e a permanência destes conflitos no mundo pós cativo.

Palavras-chave: Fortaleza de Santana, Cafeicultura, Escravidão

Introdução:

Nos anos 2000 uma das mais emblemáticas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba e da Zona da Mata mineira completa 200 anos de existência. A fazenda Fortaleza de Santana tornou-se um dos ícones dessa sociedade e teve fortes ligações com o império do Brasil na figura dos seus proprietários, dentre os quais destacamos o Tenente José Joaquim de Santana, sua filha Maria José de Santana (Baronesa de Santana), o filho desta, o comendador Mariano Procópio Ferreira Lage (descendente dos Ferreira Armonde, personagens de destaque na economia e na política Imperial), Cândido Teixeira Tostes alcunhado como o “rei do café em Minas Gerais” e seus descendentes, até o ano de sua ocupação, em 2003, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, a cadeia sucessória da fazenda e a trajetória de seus proprietários se confunde com grande parte da história do Império do Brasil, dos dramáticos anos da transição do trabalho escravo para o livre, chegando às lutas atuais dos movimentos políticos e de ativismo sociais que reivindicam a ocupação das grandes extensões de terras improdutivas no Brasil.

Sua história também se relaciona com a formação da Zona da Mata mineira, região de povoamento esparsa ao longo do século XVIII, como retaguarda da produção de alimentos para a região mineradora e responsável pelo controle e passagens de tropas, carregadas de produtos e ouro. Foi principalmente a expansão do café que emprestou à região um dinamismo econômico impar na economia mineira do Oitocentos, convertendo a região, não obstante os 5% de território que ocupava em Minas Gerais, na segunda maior produtora de café do mundo (Saraiva, 2001).

Os personagens mencionados tiveram participação expressiva em eventos da História do Brasil Império e, juntamente com a fazenda, se tornaram parte significativa da construção simbólica do Império do Brasil. A propriedade abrigou mais de 300 seres humanos escravizados – que lá viveram, trabalharam e foram fundamentais para movimentar sua economia – e que, até relativamente pouco tempo, foram tratados de forma “ignorados” ou tratados de forma secundária pela historiografia. Os cativos, juntamente com o maquinário, cultivos e animais, tornaram-se a parte mais importante do espólio dos proprietários. Findo o período do cativeiro, muitos daqueles homens e mulheres continuaram na fazenda e outros trabalhadores e trabalhadoras, nacionais e estrangeiros, atraídos pela oferta de emprego, se fixaram ali e sofreram as violências de uma abolição mal contemplada e que não se extinguiu no 13 de maio de 1888. O presente artigo pretende tratar da cadeia sucessória e da trajetória da Fazenda Fortaleza de Santana e de seus moradores – livres, cativos, libertos, imigrantes, proprietários e trabalhadores – ao longo de mais de duzentos anos, retratando, principalmente, a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX.¹

Das origens à longa transição

¹ Esforço similar e seminal foi feito pela historiografia fluminense no caso da fazenda resgate no município de Bananal. A publicação do livro “Resgate uma janela para o oitocentos” em 1995, foi um esforço multidisciplinar sobre uma grande propriedade cafeeira observando aspectos ligados a cultura material, a história política e social da escravidão (Castro, 1995).

Segundo dados do site “Genea Minas”, a Fazenda Fortaleza de Santana tem sua origem em fins do século XVIII, quando da legalização das terras ocupadas por posseiros nos vales dos rios Paraibuna, Pomba e Novo, até então consideradas áreas proibidas. Consta que os primeiros sesmeiros foram os Pereira de Souza, que tendo se apossado de terras nas paragens do Rio Novo, já há muitos anos, requisitaram e receberam a concessão de uma carta de sesmaria.² Supomos que o primeiro sesmeiro tenha sido José Pereira de Souza, que em 1806 solicitou a concessão de terras nesta localidade.³ Nas terras obtidas, construíram moradas de casas, moinhos, plantaram lavoura e já em 1815 a propriedade era conhecida como Fazenda da Fortaleza do Rio Novo, alusão à proteção que lhe davam os paredões da Serra da Babilônia. Em algum momento, antes de 1845, a propriedade passou às mãos do Tenente José Joaquim de Santana.

Não foi possível comprovar as informações a respeito da origem até o momento em que a propriedade passou a pertencer aos Santana. Sabe-se que José Joaquim de Santana casou-se, em 1799, com Maria Emerenciana de Jesus, na Vila de Barbacena, na “fronteira” da expansão mineira em direção ao Rio de Janeiro. Ele faleceu no dia 03 de abril de 1845, com solene testamento, dispondo da terça parte de seus bens (Lacerda, 2013). Já em seu inventário a Fazenda Fortaleza aparece com o epíteto “de Santana”, alusão ao sobrenome do então proprietário e também da Santa que foi adotada para a devoção e para a qual se ergueu uma capela na fazenda. A propriedade chegou aos anos 2000 preservando este nome.

José Joaquim de Santana deixou viúva e uma única filha, Maria José de Santana. Dentre os bens legados por José Santana interessa-nos suas propriedades agrárias: 250 alqueires de terras na Fazenda da Fortaleza, mais 8 alqueires em pasto valado unidos à mesma, com uma casa de vivenda de sobrado, paiol e moinho cobertos de telhas, um correr de senzalas e um engenho; 80 alqueires de terras na Fazenda da Cachoeira, com uma casa velha de vivenda, engenho de serra, um moinho coberto de telhas e um paiol e 13.000 pés de café estragados pelo mato e pelas formigas, além de dois canaviais ordinários; a fazenda do Kágado, com 150 alqueires de terras inferiores, com uma casa de vivenda. Estas propriedades, provavelmente contíguas, somavam então a significativa extensão de 488 alqueires aproximadamente.⁴

Para além das terras, foram inventariados, sem discriminar em qual das propriedades, 64 carros de milho, 60 alqueires de arroz, 50 alqueires de feijão, 80 arrobas de café, quantidade relativamente pequena, mesmo para as fazendas da época (Vitoretto, 2012). Foram avaliados, ainda, objetos de ouro, prata, cobre (3 alambiques e taxos) e ferro (balança, corrente, trinco), tenda de ferreiro, 40 foices novas e 34 usadas, além de 4 velhas; 14 machados novos e 12 velhos; 2 martelos de pedreiros, 3 alavancas, 3 cavadeiras, e uma colher de pedreiro; móveis, 45 couros de veado e capivaras, espingardas e 3 @ de pólvora grossa; 270 tábuas de cedro; gado bovino, porcos, cerneiros, cabritos, e eqüinos (um casal de jumentos, 3 bestas novas e 3 de selas, 2 éguas arriadas, sofríveis, 15 éguas inferiores, mais 2 éguas e 4 poldros e um cavalo velho); algumas dívidas ativas e uma apólice do governo, além de 64 cativos. A meação da viúva perfez a quantia de 41:084\$997, a terça somou 13:694\$999 e à única herdeira coube 27:389\$998. É possível que além dos bens inventariados nas Minas Gerais, houvesse outros no Rio de Janeiro, onde moravam a viúva e a filha com os

² A Fazenda pertenceu respectivamente à vários municípios, fruto de desdobramentos constantes do território mineiro no século XIX. Sobre o seu proprietário e solicitação da carta de sesmaria, cf. <https://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1379650>, acessado em 13/04/2022.

³ Arquivo Público Mineiro. Fundo: Casa dos Contos (CC) - CX. 153, ROLO 546,

⁴ FÓRUM DR. GERALDO ARAGÃO FERREIRA (Mar de Espanha – MG), inventário post mortem de Joaquim José de Santana, 24 de junho de 1845.

netos. Aparentemente o falecido José de Santana também passava temporadas na Capital do Império, pois em seu testamento, deixou recomendações para seu enterramento, caso falecesse no Rio de Janeiro.

Maria José de Santana já estava viúva quando o pai faleceu, e não temos informações a respeito do destino de sua mãe, mas as evidências indicam que esta não contraiu segundas núpcias e que, ao falecer, legou à filha o que lhe coube após a morte de José Santana. Maria José de Santa havia sido casada com Mariano José Ferreira Armonde, com o qual se uniu em Barbacena, em abril de 1820. O casal teve 4 filhos: Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872), Marciano Maximiano Ferreira Lage, Mariana Barbosa de Assis Ferreira e Maria José Ferreira Barbosa (Lacerda, 2013).

Mariano José pertencia à família Ferreira Armonde, que, vinda de Portugal em meados do século XVIII, se assentou nas proximidades do atual município de Barbacena, onde inicialmente se arriscaram no garimpo de ouro em São João Del Rei. Os Armondes adquiriram terras e enriqueceram com a diversificação econômica de seus negócios; da comercialização da ipecacuanha, passando pela mercancia de queijos e doces, do tropeirismo à compra e venda de escravizados, da produção de café e grandes negócios, incluindo empréstimos para comerciantes da praça mercantil do Rio de Janeiro, passando pela construção e exploração de uma estrada de rodagem. A família Armonde também participou ativamente da vida política, tanto em sua localidade como na Corte. Mariano José, no censo de 1831, foi qualificado como negociante, e foi vereador em Barbacena (1820) e administrador dos Correios, na mesma localidade (1823) e deputado provincial por duas legislaturas. Ele faleceu aos 58 anos, (em 1837), deixando um monte-mor de R\$ 150:328\$127, incluindo as Fazenda Pinheiros (com 2 sesmarias de terras), 2 sortes de terras e mais dois pedaços de terras unidas à fazenda dos Pinheiros e um sítio com 40 alqueires (Lacerda, 2013).

Após a morte de Mariano José, tendo o filho mais velho do casal cerca de 17 anos, e os demais sendo muito jovens, d. Maria José de Santa se desfez dos bens em Minas e mudou-se para a Corte, aplicando o produto da venda da herança em apólices. O mesmo ela fez com o montante que seus filhos receberam quando da morte dos avós paternos. Quando d. Maria José herdou a Fazenda Fortaleza de Santana, já sendo o filho mais velho, Mariano Procópio Ferreira Lage, maior de idade, ela e o filhos decidiram administrar a Fazenda Fortaleza de Santana, sem que Mariano abandonasse os negócios no Rio de Janeiro e o projeto, que também havia sido idealizado por seu pai, de construir uma moderna estrada de rodagem unindo Minas Gerais ao Rio de Janeiro: a Estrada União & Indústria (Lacerda, 2013).

A Expansão da colonização mineira em direção ao Vale do Rio Paraíba do Sul já foi analisada por sucessivos historiadores, das mais diversas matrizes teóricas. Os fatos mais significativos são que a partir do declínio da mineração, aliado ao desenvolvimento de diversas atividades ligadas ao abastecimento das Minas e das demais capitânicas na América Lusa, muitas famílias de proprietários rurais e mineradores foram emigrando para outras regiões pouco povoadas da Província mineira. A vinda da família real, em 1808, acelerou enormemente esse processo, com as atividades de abastecimento da corte (Lenharo, 1992), mas também pela adesão à cafeicultura. Atividade relativamente já conhecida no período colonial, mas que adquiriu importância nas primeiras décadas do século XIX (Marquese e Tomich, 2009). Em Minas Gerais, famílias de mineradores, comerciantes e fazendeiros foram se estabelecendo em territórios mais ao sul da capitania/província, pela doação de terras, estabelecimentos de atividades agrícolas e ligadas ao transporte de mercadorias ao longo do Caminho Novo, revitalizado e ampliado desde 1808 pelo menos.

As família Santana e Armonde são exemplos significativos desse processo. Os dados indicam que pouco após a finalização do inventário de José de Santana, Maria José de Santana e Mariano Procópio logo iniciaram a administração dos bens recebidos e, gradativamente, aumentaram o tamanho da propriedade e a transformaram em uma das maiores produtoras de café da região da mata mineira. Quando José Santana faleceu ele deixou 488 alqueires de terras, supondo que toda esta terra fosse contígua e que tenha voltado para os domínio de sua filha, ela praticamente dobrou o tamanho da propriedade, uma vez que em seu inventário (1870) foram arrolados 970 alqueires de terras. Todas as propriedades foram agrupadas com o nome de Fazenda Fortaleza de Santana (Carrara e Machado, 2020).

Em 1853 um crime de homicídio, perpetrado pelos cativos da Fazenda Fortaleza de Santana, então referida como pertencente a Mariano Procópio Ferreira Lage, contra o feitor, oferece detalhes sobre o cotidiano e o trabalho dos cativos nesta fazenda.⁵ Eram aproximadamente cinco horas da manhã quando o administrador tomou conhecimento do delito, que havia ocorrido pouco antes. Entretanto, quando ocorreu o fato, os mancípios estavam indo para o “*segundo caminho de cana*”.⁶ De acordo com os depoimentos, a violência que provocou a morte do feitor Joaquim Mariano foi resultado da revolta dos cativos às chicotadas que o mesmo distribuiu “*nas gentes*”. Não fica claro, pela leitura dos autos, quantos foram os escravizados envolvidos no assassinato, mas o caso mereceu um pequeno comentário no Relatório do Ministério da Justiça, em 1854: “*No termo de Barbacena, da referida província, na fazenda do commendador Mariano Procópio Ferreira Lage, foi pelos escravos d’elle, em número de mais de cem, barbaramente assassinado o respectivo feitor*” (Zaluar, apud. Andrade, 1995; 301-302).

Na Fazenda Fortaleza de Santana, Zaluar notou senzalas separadas para os cativos casados e Agassiz observou a possibilidade de uma economia própria dos negros. Este último viajante, que visitou Juiz de Fora por volta de 1865-66, fez menção a um pomar dos cativos. Ao comentar que era prática no Brasil desprezar os cafezais velhos, ele nota “*Nas plantações do Sr. Lage [Mariano Procópio Ferreira Lage], todos esses caminhos velhos foram abandonados, com exceção de alguns deles plantados com uma dupla fila de laranjeiras e que formam o pomar dos negros* (Agassiz e Agassiz, 2000; 129-131).

Nesta mesma visita, o viajante registrou e descreveu a rotina de trabalho dos escravizados no período de colheita, quando lhes era imposta uma meta de trabalho e *paga uma pequena quantia pela produção excedente*:

Era época da colheita e o espetáculo que tínhamos diante dos olhos era verdadeiramente pitoresco. Os pretos, homens e mulheres, estavam espalhados pela plantação, trazendo às costas, amarrados às suas roupas, uma espécie de cesto feito de caniços ou de bambus. Dentro deles é que amontoam os grãos de café [...] Uma vez cheios os cestos vão mostrá-los ao administrador que lhes dá uma ficha de metal onde está marcado o valor da tarefa executada. Cada qual deve uma quantidade certa de trabalho; tanto por homem, tanto por mulher, tanto por criança, e cada qual é pago do excedente que produz; o que se exige deles é verdadeiramente moderado e aqueles que não são preguiçosos podem facilmente juntar um pequeno pecúlio. Todas as

⁵ AHCJF. Fundo Fórum Benjamin Colluci. Processos Criminais do Período Imperial. Processo de Homicídio, 31/05/1853. Sobre o crime, cf. Guimarães (2006a).

⁶ Provavelmente esta produção de cana era dedicada ao consumo interno da propriedade. Quando a Baronesa faleceu, em 1872, consta de seu inventário 60 arrobas de açúcar, além do armazenamento de outros gêneros alimentícios. AHUFJF. Fundo Fórum Benjamim Colucci. Inventários post-mortem. Baronesa de Sant’Anna, referência 475, caixa 54B.

tardes eles entregam as fichas recebidas no decorrer do dia e recebem o valor do excedente de trabalho livremente executado. (Agassiz e Agassiz, 2000; 131

A fazenda também era dotada de uma sede luxuosa que encantou os viajantes que por lá passaram.



(Agassis, 2000: p. 123).



Maria José de Santana recebeu o título de Baronesa de Santa em 1861 e, segundo Lilian Schwartz, a razão da concessão é, no mínimo, curiosa. Dentro da área da sesmaria encontra-se a Pedra da Babilônia – atual município de Goianá – nesse local foram encontradas vários corpos mumificados dos quais, três, a de uma mulher, uma criança recém-nascida e outra de um ano de idade, foram doadas ao Imperador D. Pedro II por volta de 1861 e despertaram desde cedo grande interesse entre os arqueólogos (Beltrão *et ali*, 1986). Segundo Lilia Moriz Schwarz foi por causa dessa doação que Maria José de Santana recebeu o título de Baronesa de Santana em 20 de junho de 1861 (Schwarz, 2008)⁷. Esse conjunto de múmias datadas posteriormente como tendo 600 anos – antes, portanto, do próprio processo de ocupação do território brasileiro pela colonização lusa – tornou-se uma das peças mais emblemáticas do Museu Nacional, até a sua destruição pelo incêndio que acometeu a instituição em 2018. A análise dos tecidos encontrados no

⁷ Patrícia Falco Genovês discorda dessa hipótese, oferecendo a versão de que seria uma deferência de Mariano Procópio Ferreira Lage para com sua mãe. Cf. Genovês, 2003.

conjunto indicou que, provavelmente, elas pertenciam à cultura Maxakali que habitava a região à época do descobrimento (Beltrão *et ali*, 1986).

Antes de voltarmos à análise da Fazenda Fortaleza de Santana e de seus proprietários, é necessário algumas considerações a respeito do primogênito de Mariano José Ferreira Armonde e de Maria José de Santana. Mariano Procópio Ferreira Lage [Armonde]. Nascido em 23 de junho de 1821, por volta dos 15 anos, o pai o mandou para a Europa, para aperfeiçoar seus estudos, e de lá para os Estado Unidos. De volta ao Brasil, Mariano Procópio associou-se a uma firma de importação de fazendas, chamada Firma Ferreira Lage, Maia & Cunha, ao mesmo tempo em que dedicou-se à construção da estrada de rodagem União & Indústria e à ocupação de diversos cargos públicos, tendo sido deputado geral pelo Partido Conservador (1861-1864 e 1869-1872). Mariano e sua irmã Mariana casaram-se com dois irmãos, filhos de um importante negociante do Rio de Janeiro, José Machado Coelho e Castro. A concessão para a instalação da Cia. União Indústria (CUI) foi obtida em 1852, instalada em 1856 e inaugurada em 1861, contando a inauguração com a presença do Imperador d. Pedro II e sua esposa. A CUI tinha o privilégio de concessão por 50 anos, incluindo a cobrança de pedágios. Todo o empreendimento contou com o apoio, financeiro e político, da família Armonde e, provavelmente, com a influência do sogro de Mariano. Embora o contrato para a realização da empreitada não permitisse o uso da mão de obra de escravizados, há fontes e pesquisas evidenciando a sua farta utilização nos serviços mais pesados (Lacerda, 2013).

As carruagens de diversos tipos, as estações de mudas ao longo da estrada, as casas, as benfeitorias, a atividade agropastoril, a criação de cavalos, prestações de serviços para a comunidade e propriedades particulares. (...) contavam-se oficinas de serralheiros, ferreiros, de carpinteiros, de marceneiros, serviços de bombeiros, de mecânica, etc., com que a empresa dava trabalho a mais de 150 operários livres (a Companhia não admitia o trabalho escravo), além de 100 aprendizes e serventes. (...) Notável era o número de animais, as estrebarias com capacidade para 200, que eram revezados conforme o movimento e na medida das necessidades. (Bastos, 2004; 27)

Mas voltemos à análise da propriedade e de seus habitantes. A fortuna expressiva legada por Mariano José Ferreira Armonde foi aparentemente ampliada por sua esposa e filho. Maria José de Santana, a Baronesa de Santana, faleceu 33 anos depois do esposo (1870). Quando faleceu ela era possuidora de um patrimônio de 584 contos de réis e detentora de 235 cativos, majoritariamente roceiros, avaliados em 206:300\$000, ou 35,28% do valor do monte. Destes, 122 eram do sexo masculino e 50 do sexo feminino; 63 eram crianças. Foram avaliados 500.000 pés de café, correspondendo a 100:000\$000 ou 17,10% da riqueza e, mais cerca de 2.000 sacas de café colhido, metade em coco e metade já despulpada, avaliados em 9:000\$000, ou 1,53% do seu *Monte Mor*. As terras, 970 alqueires, foram avaliadas em 145:000\$000, ou seja, 24,79% do total. Temos então que 78,70% da riqueza neste inventário eram compostos por bens diretamente ligados à atividade cafeeira. Havia, ainda, 5 pomares e produção de alguns alimentos, como milho, arroz e feijão, que foram mencionados como pertencentes aos cativos, reforçando a já mencionada presença de uma economia autônoma de cativos na propriedade (Saraiva, 2001 Guimaraes, 2006a e 2009).

O inventariante da Baronesa de Santana foi Marianno Procópio, mas ele faleceu pouco tempo depois da mãe, em 1872, não concluindo a empreitada. Não localizamos o inventário de Mariano Procópio, que segundo dizem ocorreu no Rio de Janeiro. Contudo, Lacerda (2013) encontrou em Barbacena uma precatória para avaliação dos bens que ele possuía em Minas, datada de 1869, e avaliados em 123:300\$21. Wilson de

Lima Bastos, que escreveu uma biografia a respeito dele, transcreveu trechos de seu testamento, escrito em 1867, quando Mariano estimou seu patrimônio em R\$ 899:609\$000.⁸ Mariano foi herdeiro de seu tio Lino Ferreira Armonde, falecido em 1870, e cujo legado não entrou, portanto, na estimativa que ele fez em 1870.

Algumas considerações são relevantes antes de prosseguirmos. O leitor atento por certo observou que ao descrevermos os bens deixados por José Santana anotamos que os cafezais estavam estragados, que parte significativa das benfeitorias eram velhas ou inferiores e que a escravaria era composta por 64 pessoas. Já em 1853, quando ocorreu o assassinato do feitor, a propriedade possuía no mínimo cem cativos (a dar crédito no relatório citado) e, nos anos seguintes, os viajantes que a visitaram exultaram sua beleza e qualidades, o tratamento dado aos cativos e a produtividade. Essa transformação foi possível graças aos vultosos investimentos que Mariano Procópio, na condição de administrador dos bens de sua mãe, realizou na propriedade. Do inventário da Baronesa de Santana consta uma dívida de 296:107\$835, contraída com a firma da qual Mariano era sócio diretor, a Ferreira Lage & Cunha, contraída para construção de obras, melhoramentos e custeio da fazenda Fortaleza de Santana.

Embora o montante do patrimônio tenha fosse de 584:000\$000, a dívida correspondia a quase a metade do mesmo. Para evitar que o pagamento consumisse e/ou comprometesse os bens, Mariano Procópio propôs a Firma Ferreira Lage & Cunha, em liquidação, uma acordo: manter a propriedade pró indiviso e com os rendimentos dela ir quitando a dívida. Mariano faleceu pouco tempo depois, em fevereiro de 1872. Os herdeiros e Firma reafirmaram o compromisso. Os dois filhos de Mariano Procópio, Frederico e Alfredo, passaram a ser herdeiros da Baronesa de Santa e, ao mesmo tempo, credores da dívida, condição que herdaram na liquidação da Firma, como sucessores que eram do sócio Mariano Procópio Ferreira Lage.

O inventário da Baronesa de Santana permaneceu em aberto por 20 anos, sendo encerrado somente em 1890. Nestas duas décadas, alguns herdeiros venderam a outros os direitos hereditários, outros faleceram e transferiram a seus direitos os sucessores. Em 1889 restavam quatro herdeiros restantes, os irmãos Frederico e Alfredo, e Alberto e Raul. Os três primeiros apresentou petição à justiça alegando a impossibilidade de solver a dívida nos termos contratados nos anos 1870 e solicitaram o encerramento do inventário. Raul, então, pediu que Frederico, o administrador judicial do inventário, prestasse contas. No ano seguinte, em novembro de 1890, Alberto e Raul venderam a Frederico e a Alfredo seus direitos na herança da avó, avaliado em 80:000\$000. Mas, como Frederico e Alfredo eram herdeiros da dívida do Espólio da Baronesa de Santana, pagaram 20:000\$000, sendo o restante, 60:000\$000, abatidos como a cotaparte dos irmãos Alberto e Raul no pagamento da dívida. Acreditamos que a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, foi a gatilho para que os herdeiros da Baronesa optassem pelo fim do contrato de indivisibilidade da propriedade. Não somente perderam o principal ativo do espólio, dali para a frente, parte considerável da mão de obra necessária à manutenção da fazenda teria que ser paga, gerando novas despesas.

A longa duração do processo nos fornece um grande e variado conjunto de documentos juntados, tais como prestações de conta, já a partir de 1872, dos vários administradores da fazenda; recibos; cartas de curatela nas quais se pode perceber com grande clareza o funcionamento da propriedade, o que reputamos como um 'modelo' para as grandes unidades da região. Segundo Saraiva (2001), uma prestação de contas da descrição das receitas e despesas, anexada ao inventário, para um período de 21 meses (maio de 1874 a fevereiro de 1876) fornece uma perspectiva da importância da produção do café no conjunto da riqueza produzida na fazenda Fortaleza de Santana; o apanhado da venda

⁸ Testamento de Mariano Procópio Ferreira Lage, apud Bastos (2004;170).

do produto, correspondendo a 84:549\$834, equivalia a 94,88% do total das receitas (que era de 89:106\$665).

A análise do inventário da Baronesa de Santa, evidencia, desde 1872, a coexistência, significativa, de pessoas escravizadas e de homens livres no trabalho do cafezal da Fazenda Fortaleza de Santana, além dos feitores e do administrador da fazenda; as relações de pagamentos de salário apontam para a existência de vários trabalhadores especializados como *terreiro* (ou responsável pela supervisão do serviço de secagem e ‘espalhamento’ do café), *matador de formiga*, *carpinteiro*, *maquinista*, *enfermeiro e capelão*, além de um denominado apenas de *trabalhador*, demonstrando a extensa coexistência entre trabalhadores escravizados e livres no período.

Mesmo antes de comprarem os direitos de Alberto e Raul sobre a herança da avó, Frederico já havia realizado um empréstimo hipotecário com Cândido Teixeira Tostes, em fevereiro de 1890, no valor de 200:000\$000, oferecendo como garantia a Fazenda Fortaleza de Santana. A propriedade foi então descrita com 740 alqueires de terras, em matas virgens, capoeiras, pastos; cafezais, casas de vivenda e dependências, correr de tulhas para café, casas para oficinas de carpinteiros e ferreiro, casas para empregados e depósito enfrente e ao lado da casa da Fazenda, casa nova de tijolos para administração, tendo embaixo leiteiria, maquina e acessórios para fabrico de manteiga, paiol, olaria com fornos e grandes cobertas, 30 casas de tijolos para colonos, 10 ditas de madeiras, chalé grande na Estação de Ferreira Lage, casa para armazém na mesma estação, 2 casa (uma na serra e outra no retiro), casa de engenho de café com todas as maquinas a vapor de força de 14 cavalos, despoldador de Lidgwood – numero sete, separador, brumidor, debulhador, moinho americano, tanque de pedra para despoldador e uma turbina para 12 cavalos, 2 casas contíguas, contendo uma um engenho de serra com serras verticais circular grande e outra com engenho de cana, tendo moendas grandes de ferro, dornas, alambiques, depósitos revestidos de louça, com tampas, toneis, taxas e mais acessórios para o fabrico de aguardente e açúcar e roda de ferro grande que move as duas máquinas, móveis e semoventes que se destinam ao serviço da fazenda – e mais acessórios desta. Há nesta hipoteca, uma diferença de cerca de 230 alqueires entre a extensão descrita no inventário da Baronesa, 970 alqueires, e os 740 mencionados nesta hipoteca.⁹ Talvez a diferença possa decorrer do fato da hipoteca ter sido realizada antes de Frederico e o irmão terem comprado os direitos de herança dos primos, Alberto e Raul, tendo sido oferecido para garantia hipotecária somente a parte que a eles pertencia, porque, como veremos, a fazenda, nos anos 2000, tem a antiga extensão.

Em 1901, não tendo os irmão Alfredo e Frederico quitado a dívida com Cândido Teixeira Tostes, eles foram executados. Os bens foram a leilão e finalmente adjudados (transferência dos bens do credor ao devedor) a Candido Tostes.

Do inferno da escravidão ao da liberdade – a eterna transição

Na segunda metade do século XIX a Zona da Mata Mineira se projetou como a região de maior produção cafeeira de Minas Gerais, posição que manteve até a segunda década

⁹ ARQUIVO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIS DE FORA (AHUFJF). Fundo Benjamin Colucci. Execução. Executado: Espólio de Frederico Ferreira Lage. Executante: Cândido Teixeira Tostes. Cx. 53, processo n. 33. 1901.

do século XX. Nas fazenda da região, a mão de obra predominante era a do trabalhador cativo. A maioria dos escravizados era empregada na lavoura (roceiros), mas havia também os que eram colocados nas atividades acessórias, necessárias às construções e manutenção da propriedade e dos instrumentos de trabalho (os carpinteiros, os pedreiros, os oleiros). Outros se ocupavam do transporte (carreiros e tropeiros) e estes foram fundamentais às lavouras de café até, pelo menos, a penetração da Estrada de Rodagem União & Indústria e, posteriormente, as ferrovias. Havia ainda, dependendo do porte da propriedade e do status do proprietário, os cativos da casa (cozinheiras, mucamas, pajens, costureiras) e outros especializados: parteiras, enfermeiros, etc. As fazendas da Mata mineira, para além da produção cafeeira, se caracterizavam pela diversidade e auto-suficiência – plantando-se, além do produto de exportação, arroz, feijão, milho, mandioca, cana e outras culturas temporárias, e dedicando-se à criação de animais para o consumo – porcos, galinhas, carneiros e gado vacum. De acordo com Rômulo Andrade (1995), 75% dos cativos do município de Juiz de Fora estavam ocupados nos serviços de oito das lavouras cafeeiras. Nas unidades produtivas predominavam os do sexo masculino sobre os do sexo feminino. Além de utilizar mão-de-obra própria, principalmente após o fim do tráfico transatlântico e aumento do preço de escravizados, os proprietários recorriam ao recurso do aluguel. No último quartel da escravidão, em Juiz de Fora, 25 % dos escravizados economicamente ativos estavam alugados (1995:91), tanto na lavoura quanto nos serviços domésticos ou para trabalhos de utilidade pública.

Juiz de Fora possuía uma significativa população negra, não somente na condição de escravizados mas, também, libertos e livres. Nessas circunstâncias, indivíduos negros não-cativos se inseriam nos trabalhos urbanos e rurais e possibilitavam que mancípios fugidos se misturassem entre os trabalhadores negros e se passassem por forros. A conformação demográfica e as conjunturas política e econômica promoveram em Juiz de Fora diversos cenários de violência e resistência ao escravismo, com um significativo quantitativo de crimes em que cativos foram vítimas e/ou réus, suicídios e fugas de escravizados. Como em outras regiões cafeeiras do país, a segunda metade do oitocentos foi marcada pela discussão em torno da substituição do braço cativo e do futuro das lavouras.

Na Zona da Mata de Minas Gerais a transição do escravismo para o trabalho assalariado, embora tenha provocado mudanças nos principais ativos da riqueza, não gerou transformações na estrutura da propriedade fundiária. As grandes propriedades voltadas para a lavoura cafeeira permaneceu (PIRES, 1993 e ALMICO, 2001). Não obstante ter utilizado o trabalhador cativo como principal mão-de-obra até as vésperas da abolição, a Mata mineira teve uma rápida recuperação e em 1891 a produção já atingia índices superiores aos dos anos próximos ao fim do escravismo (PIRES, 1993: 102-103). Em suma, o café continuou sendo o principal produto de exportação do município de Juiz de Fora até a década de 20 do século passado.

Luiz Fernando Saraiva (2001), estudando as formas da transição do trabalho escravo para o livre, em Juiz de Fora, demonstrou que o município, não obstante a presença significativa de estrangeiros, não adotou o modelo paulista de transição. Em Juiz de Fora, os imigrantes (primeiro os alemães e os italianos, aos quais somaram-se posteriormente outros grupos). As terras não estavam esgotadas, ainda existia alguma mata, o que garantiu a expansão econômica por alguns anos se a localidade possuía, aproximadamente 20% de terras em matas virgens no final do escravismo (PIRES, 1993); a Província/Estado possuía reserva de mão-de-obra; os fazendeiros locais detinham recursos econômicos para enfrentar o fim do escravismo sem decretar bancarrota, adotando formas múltiplas de organização do trabalho (SARAIVA, 2001: 153-154). As décadas que se seguiram à abolição da escravatura foram marcadas pelo

reordenamento do trabalho e inúmeras mudanças. Nos anos da transição e nos anos que se seguiram à emancipação do escravismo vamos encontrar múltiplas formas de trabalho no universo rural. Bem poucos serviçais passaram a receber exclusivamente salários fixos, conforme nossa anacrônica visão capitalista nos leva a crer. Entre o trabalho escravo propriamente dito e o assalariado, existiu e ainda existe, no “campo” brasileiro, um amplo leque de relações de emprego, como a meação, o colonato, a parceria, a quartação, o morador de condição, o barracão, etc. . Mas elas também foram permeadas pela permanência de práticas do escravismo.

Várias dessas relações de trabalho acabaram por “descambar” em formas de controle similares à escravidão, através de dívidas contraídas pelos trabalhadores com compras feitas nas vendas, mantidas pelos proprietários rurais, ou afiançadas por esses, ou, ainda, com o adiantamento de algum dinheiro; esses trabalhadores ficavam presos às fazendas, onde a coerção física acabava por dar o tom. Também a dependência pessoal vai ser utilizada como instrumento político em práticas coronelísticas já exaustivamente tratadas pela historiografia pertinente. Enfim, como já havia dito José de Souza Martins, “Ao contrário do que parece crer a maioria dos autores que tem feito referência à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, essa passagem foi relativamente complicada e tensa” (Martins, 1981; 21). Embora a Zona da Mata mineira contasse com significativo contingente de mão-de-obra nacional, os fazendeiros locais enfrentaram problemas de insuficiência de trabalhadores e chegaram a se envolver em conflitos pela disputa e/ou manutenção destes, fossem eles europeus ou nacionais.¹⁰

Os processos criminais, relacionados aos mais diversos delitos, abundam em relatos sobre as permanências de práticas escravistas nas décadas que se seguiram à emancipação do escravismo. Ao estudar as estratégias de sobrevivência dos camponeses na transição da escravidão para o trabalho, em Juiz de Fora, Sonia Souza se deparou com delitos que evidenciam os conflitos entre velhos empregadores e/ou seus prepostos e os trabalhadores nacionais - egressos do cativo (libertos) ou não (Souza, 2007). Algumas destas disputas eram oriundas das expectativas dos primeiros em impor aos segundos determinados salários e tarefas que eles resistiam em aceitar; outros eram provenientes da intenção do trabalhador em deixar o local de trabalho em busca de outro que oferecesse melhores condições.

Neste artigo interessa-nos discutir os crimes, ocorridos na década de 1920, em que Antônio Pereira de Oliveira foi acusado de escravizar diversos trabalhadores na Zona da Mata mineira, em várias fazendas, incluindo a Fortaleza de Santa, então pertencente a Cândido Teixeira Tostes. Em 09 de abril de 1924 Antonio Pereira de Oliveira foi acusado, na delegacia de Matias Barbosa, então distrito de Juiz de Fora, de estar mantendo diversos trabalhadores escravizados na Fazenda do Areão – não lhes pagava salário, oferecia mantimentos estragados e em quantidade insuficiente e lhes aplicava castigos físicos. No inquérito foram ouvidos cerca de cinquenta indivíduos, majoritariamente naturais do serro ou de diamantina, tanto do sexo masculino quanto feminino, que alegaram terem sido convidados por Pereira ou empregados seus para trabalhar na Zona da Mata mineira mediante contrato assinado e salários. O tempo em que estas pessoas estavam sob as ordens de Pereira variavam de alguns poucos meses até pouco mais de 6 anos. Dos relatos das testemunhas vieram a conhecimento da justiça outros crimes imputados a Antonio Pereira. Um deles teria sido praticado na Fazenda do Lima (S. Pedro do Pequeri, Zona da Mata mineira), onde Pereira teria

¹⁰ Sobre a inserção do ex-escravizado no mercado de trabalho, disputa pela mão-de-obra, conflitos resultantes da prepotência dos fazendeiros em submeter o trabalhador livre (libertos e/ou estrangeiros) a regime e condições de trabalho que lhes eram desfavoráveis, para a região em estudo, ver também: SOUZA, 2007: 136-178.

espancado até a morte a preta Maria. Na fazenda Santana (Fortaleza de Santana), teria matado Evaristo Nunes, a punhaladas e tiros, e também Eduardo.¹¹

Na denúncia deste último crime, o promotor público se pronunciou da seguinte forma:

O famigerado Antonio Pereira de Oliveira, empreiteiro e serviços rurais nas fazendas da Zona da Mata, famoso pelos excessos que pratica com seus contratados, acusado geralmente de barbaridades e que, dadas as suas façanhas, tornou-se conhecido pela alcunha de escravizador, vem afinal, graças à dedicação e trabalho tenaz do Tenente Alcides Amaral, prestar contas com os seus apaniguados à Justiça do Paiz, de quem sempre ele escarneceu.¹²

O crime ocorreu em 1922, segundo as testemunhas, Eduardo pediu as contas e se rebelou por estar trabalhando sem receber seus salários, cobrou Pereira seus ordenados e professou não continuar trabalhando caso as contas não fossem acertadas. Tomada esta atitude, Pereira mandou que lhe dessem uma surra e o obrigou a permanecer trabalhando sob vigilância de dois prepostos. Aproveitando-se da distração dos vigilantes, Eduardo fugiu, mas foi perseguido e apreendido. De volta à fazenda, foi amarrado em um esteio e espancado demoradamente com chicote e cabresto por Pereira e mais dois de seus empregados, apanhando até desfalecer. Os castigos foram aplicados às vistas dos demais empregados. De acordo com as testemunhas, a prática da violência tinha também o objetivo de causar pavor e assim melhor dominar “seus escravizados”.

Após o castigo, Eduardo foi levado sem sentidos e quase sem vida para uma cafua, onde a tortura teve continuidade, uma vez que deram-lhe um banho de sal grosso e o deitaram sob uma tarimba. No dia seguinte, Eduardo foi encontrado morto e enterrado clandestinamente no cemitério da fazenda Fortaleza de Santa. Sob ameaças de Pereira, os empregados que presenciaram o delito se silenciaram. Este crime só veio à tona e foi investigado após 1924, quando alguns dos escravizados, empregados nos serviços da fazenda do Areão, sob as ordens de Pereira, fugiram e se apresentaram na Delegacia de Matias Barbosa, motivando a abertura do inquérito anteriormente mencionado.

Inquirido no processo, Antonio Pereira de Oliveira foi qualificado como um homem pardo, de 31 anos, casado, lavrador, natural de Diamantina, na ocasião em que foi ouvido era morador na Fazenda do Lima.

Pereira confirmou ter sido empreiteiro na Fazenda Fortaleza de Santana, onde teve 100 trabalhadores sob suas ordens, incluindo Evaristo Nunes e Eduardo Cardoso. Confirma que Eduardo havia fugido da Fazenda Santa e que “por sua alta recreação o amarram junto a um esteio que se achava no terreiro”. Que o depoente deu ordem aos empregados Raymundo Sampio, Venancio Cachoeira, Theophilo Marciano da Silva, Jose Mathias e Antonio Bertholdo para cada um por sua vez dar uma surra com um tala (chicote) e que, depois, ordenou que lhe dessem banho de salmora “para curar as feridas”. Que Evaristo havia morreu 8 meses antes de Eduardo, sendo o crime praticado por Theóphilo Marciano da Silva e Antonio Fagundes e Raymundo Pains, com tiros e facadas. Que o motivo desse crime foram desavenças, e foi comunicado às autoridades. Que os envolvidos na morte de Evaristo combinaram entre si que somente um deles chamaria a responsabilidade do crime para si, e que foi Antonio Fagundes quem o

¹¹ 19240409-ANTONIO_PEREIRA_OLIVEIRA- inquérito

¹² HOMICIDIO-19250310-ANTONIO_PEREIRA_DE_OLIVEIRA_E_OUTROS

assumiu. Logo após a decisão. Fagunde fugiu para Diamantina, e ficou foragido, indo depois para Jacuy, município do Serro. , trabalhando na Fazenda de D. Olympia Loures.

As testemunhas ouvidas no processo afirmaram que Candido Tostes protegia Antonio Pereira, que mantinha os empregados sob vigilância, dormindo trancados e sendo acompanhados até para fazer suas necessidades. Também afirmaram que muitas vezes, quando praticava castigos, forçava a todos a participar dos açoites, tornando-os cúmplices de seus desmandos.

Ao final, todos os acusados foram absolvidos. Mas importa-nos aqui registrar a crueldade e a violência que permeou as relações de trabalho no pós abolição, possibilitando praticas como as narradas, em que a escravização foi mantida em toda a sua crueldade, incluindo a “prisão” noturna para evitar fugas e a aplicação de castigos, incluindo os exemplares.

Epílogo

Em situação de semi-abandono, em 2001 a sede da fazenda Fortaleza de Santana foi consumida por um incêndio, mas “as benfeitorias, como o terreiro e as casas de café, um gerador de eletricidade alemão, moradias de colonos e uma igreja” foram preservados.¹³



No ano de 2013 a Fazenda Fortaleza de Santa foi ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).¹⁴ Esta não foi a primeira vez que membros do MST haviam ocupado a propriedade. Em março de 2010, segundo o MST já com laudo do INCRA declarando a propriedade improdutiva, o MST ocupou a propriedade, de acordo com um dos envolvidos “Ocupamos para acelerar o processo de desapropriação. A propriedade não está cumprindo sua função social; justificou um dos coordenadores do MST, Sílvio Neto.”¹⁵ Nesta ocasião, segundo o Jornal Correio Brasiliense, mais de 20 famílias descendentes de escravizados ainda viviam na propriedade. Em janeiro de 2011 a Justiça atendeu a uma ação impetrada pelos proprietários, descendentes dos Teixeira Tostes, e deu parecer favorável à reintegração de posse proposta por eles. Nesta ocasião, os integrantes do MST deixaram a propriedade e acamparam às margens da Rodovia MG-353, Km. 50, onde permaneceram até agosto, quando foi averbada imissão de posse da área a favor do

¹³ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/03/26/interna-brasil,182126/mst-invade-fazenda-historica-na-zona-da-mata.shtml/> acessado em 20 de janeiro de 2022/.

¹⁴ <https://dpu.jusbrasil.com.br/noticias/100688787/acampamento-do-mst-em-goiana-mg-recebe-equipe-da-dpu> acessado em 14/04/2022

¹⁵ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/03/26/interna-brasil,182126/mst-invade-fazenda-historica-na-zona-da-mata.shtml/> acessado em 20 de janeiro de 2022/.

Incra. Em setembro de 2003 os acampados retornaram à fazenda. Num primeiro momento foram assentadas 120 famílias.¹⁶

Por ocasião da ocupação a fazenda possuía uma área de 4,6 mil hectares, englobando seu territórios áreas em: Goianá, Coronel Pacheco, Chácara e São João Nepomuceno. A antiga Fazenda Fortaleza de Santana atualmente é o Assentamento Dênis Gonçalves.

“O assentamento foi assim batizado para homenagear Dênis, que foi uma criança do Assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco, MG. Por causa de seu pai, Dênis, ainda pequeno, abraçou a luta no assentamento e foi participar ativamente da ciranda infantil. Um dia, ao ir à cidade, Dênis morreu em um acidente automobilístico. O Assentamento Dênis Gonçalves é sinal de que Dênis está ressuscitado, presente na luta da família Sem Terra.”¹⁷

Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Luís & AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil, 1865-1866. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial 2000.

ALMICO, Rita de Cássia da S. Fortunas em Movimento: Um Estudo Sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora/1870 - 1914. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2001.

BASTOS, Wilson de Lima. Caminho Novo: espinha dorsal de Minas. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

CARRARA, Angelo Alves; MACHADO, Pedro José de Oliveira. Ordenamento territorial dos municípios brasileiros: minas gerais, séculos XVIII-XIX. Almanack, 2020.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de et al. Resgate: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

GARCIA, Rômulo de Andrade. Os Limites Impostos pela Escravidão à Comunidade Escrava e seus Vínculos de Parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, Século Dezenove (A Subjetividade do Escravo perante a Coisificação Social própria do Escravismo). Tese de Doutorado, São Paulo: PPGH/USP, 1995.

GENOVÊS, Patrícia Falco. O espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2003.

GUIMARÃES, Elione Silva. Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do sudeste do Brasil (Zona da Mata mineira-século XIX). América Latina in la historia económica, n. 32, p. 165-195, 2009.

GUIMARÃES, Elione Silva. Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume, 2006.

GUIMARÃES, Elione Silva. Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

¹⁶ <https://dpu.jusbrasil.com.br/noticias/100688787/acampamento-do-mst-em-goiana-mg-recebe-equipe-da-dpu> acessado em 14/04/2022”

¹⁷ <https://facomnoturno2013.wixsite.com/denisgoncalves#:~:text=O%20assentamento%20foi%20assim%20batizado,participar%20ativamente%20da%20ciranda%20infantil.>

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades--os Ferreira Armonde (1751-1850). São Paulo: Intermeios, 2013.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial 1831-1889. (Vol. I) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981

PINHEIRO, Fábio Wilson Amaral. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809- c.1830. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2007.

PIRES, Anderson. Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora--1870/1930. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH/UFF, 1993.

SARAIVA, Luiz Fernando. Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora--1870/1900. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH/UFF, 1991,

SOUZA, Sônia Maria de. Terra, família, solidariedade--: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição--Juiz de Fora (1870-1920). Bauru: EDUSC, 2007.

VITORETTO, Bruno Novelino. Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro. Tese de Doutorado. Juiz de Fora: PPGH/UFJF, 2012.